

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS

DIAGNÓSTICO SOCIODEMOGRÁFICO DE CAMPINAS

Rosana Baeninger*
Fabiola Rodrigues*

Introdução

Esse texto-subsídio à revisão do Plano Diretor de Campinas objetiva encampar a análise dos determinantes mais significativos da dinâmica demográfica do município ao longo das últimas décadas em sua articulação com os processos mais gerais de produção social do espaço urbano e de complexificação do espaço regional, através da consolidação da metropolização. Esses processos conjugados engendraram desafios relevantes às políticas públicas municipais, à medida que a demanda por serviços públicos cresce significativamente na cidade – refletindo as assimetrias na sua estrutura de classes concomitantemente às injunções geradas pela nova dinâmica metropolitana – impondo ao gestor público a premência de organizar as políticas subsumidas à Administração Municipal cada vez mais em um contexto de integração regional.

Dessa perspectiva, o diagnóstico que aqui se apresenta procurará relacionar uma leitura da dinâmica demográfica a partir da identificação das principais demandas sociais que requerem a atenção do gestor público na forma de políticas públicas, buscando, assim, contribuir para a instrumentalização técnica e política das ações, programas e projetos referidos à esfera de atuação da Administração Municipal, de forma a criar condições mais adequadas para a tomada de decisões no âmbito da distribuição do orçamento e no enfoque das políticas, permitindo que a função social da cidade se realize inteiramente, consagrando o sentido pleno e profundo do desenvolvimento local.

* Doutora em Ciências Sociais, docente do Departamento de Demografia (IFCH/UNICAMP) e Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP)

* Mestre em Demografia (IFCH/NEPO/UNICAMP).

Caracterização Geral da População

A população de Campinas experimentou um forte incremento em seu volume especialmente entre as décadas de 1970/80, em larga medida como decorrência dos fluxos migratórios que para a cidade se dirigiram, num contexto de consolidação da urbanização brasileira (Martine, 1987; Pacheco & Patarra, 1997) concomitante ao processo de desconcentração industrial paulista (Negri, 1996), que favoreceu algumas áreas dentro do Estado de São Paulo, sendo Campinas uma das regiões beneficiadas por esse processo.

A promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, com conseqüente mudança nas relações sociais de produção no campo, o esgotamento das fronteiras agrícolas dentro e fora do Estado de São Paulo (Tartaglia & Oliveira, 1988) e os processos de interiorização do desenvolvimento que aliviaram a pressão social e demográfica sobre a metrópole paulista, dispersando-a para o interior do Estado, propiciaram a Campinas condições adequadas para seu fortalecimento econômico, tornando-lhe uma das áreas preferenciais de recepção de migrantes tanto intra-estaduais quanto interestaduais, no âmbito do interior paulista, entre os anos de 1970/80.

A tabela 1, reproduzida a seguir, demonstra o acelerado crescimento populacional, alcançado sobremaneira através do saldo migratório, em Campinas e nos municípios que comporiam a futura RMC, entre as décadas de 1970/80, crescimento esse que experimentou um arrefecimento entre 1980/1991 e que alcançou níveis bem mais modestos entre 1991/2000.

De modo geral o que se pode perceber é que em Campinas e região o crescimento da população, a despeito da variação de sua intensidade, fez-se de modo bastante semelhante àquele verificado para o conjunto do Estado de São Paulo, onde o crescimento mais significativo ocorreu no período 1970-80, coincidindo com o espraiamento da urbanização, sofrendo sucessivas retrações nas décadas seguintes, combinadamente resultante da diminuição da intensidade da atividade econômica e da acomodação da migração rural-urbano.

A tabela 2, que apresenta as taxas geométricas de crescimento anual da população para o período 1970-2000 dá conta exatamente dessas inflexões: tanto o município de Campinas quanto sua região (ou seja, o conjunto dos municípios que mais tarde comporiam a RMC) apresentam taxas anuais de crescimento muito

superiores à média paulista no período 1970-80, decaindo essas taxas para menos da metade da registrada na década anterior no município de Campinas, entre 1980/91 e para pouco mais da metade da registrada na década anterior, entre 1991/2000, na futura RMC.

Com relação à intensidade da urbanização, o Grau de Urbanização percentual apresentado na tabela 3 evidencia a progressiva e contínua prevalência da população urbana no conjunto da população tanto do município de Campinas, quanto da RMC, quanto do Estado de São Paulo.

Cumprir observar que durante todo o período analisado em Campinas o grau de urbanização foi mais elevado que aquele registrado para a RMC e para o Estado de São Paulo, reiterando a importância que a dinâmica social urbana assumiu para a conformação demográfica de Campinas ao longo dos últimos trinta anos.

Tabela 1
População Total
Estado de São Paulo, RMC e Campinas
1970-2000

População Total								
Área	1970	% RMC	1980	%RMC	1991	%RMC	2000	%RMC
Campinas	375.864	55,21	664.566	52,05	847.595	45,44	969.396	41,46
RMC	680.826		1.276.801		1.865.255		2.338.148	
ESP	17.770.795		25.042.074		31.588.925		37.032.403	

Fonte: Elaborado a partir do Atlas da Região Metropolitana de Campinas. NEPO/Unicamp, 2006

Tabela 2
Taxas Geométricas de Crescimento Anual
Estado de São Paulo, RMC, Campinas
1970-2000

Taxas Geométricas de Crescimento (% a.a)			
Área	70/80	80/91	91/2000
Campinas	5,86	2,24	1,50
RMC	6,49	3,51	2,54
ESP	3,49	2,13	1,78

Fonte: Elaborado a partir do Atlas da Região Metropolitana de Campinas. NEPO/Unicamp, 2006

Tabela 3
Grau de Urbanização (%)
Estado de São Paulo, RMC, Campinas
1970-2000

Grau de Urbanização (%)				
Áreas	1970	1980	1991	2000
Campinas	89,25	89,01	97,24	98,33
RMC	80,8	88,57	95,14	97,07
ESP	80,34	88,64	92,8	93,41

Fonte: Elaborado a partir do Atlas da Região Metropolitana de Campinas. NEPO/Unicamp, 2006

Fecundidade

Com relação ao comportamento da fecundidade tanto em Campinas quanto em sua RG, conforme mostra a tabela 4, seguindo a tendência estadual, houve no período 1980-2000 uma significativa redução das taxas de fecundidade, refletindo uma tendência nacional de diminuição do número de filhos tidos pelas mulheres ao longo desse período. Como se pode notar houve uma queda levemente mais acentuada na TFG (que expressa uma relação entre nascidos vivos e o total da população em idade reprodutiva) do município de Campinas na comparação com sua Região de Governo, que de todo modo, manteve-se durante os anos 1980/2000 abaixo da média registrada para o conjunto do Estado de São Paulo.

Tabela 4
Taxa de Fecundidade Geral (por mil)
Estado de São Paulo, RG, RMC, Campinas.
1980-2000

Taxa de Fecundidade Geral (por mil)			
Áreas	1980	1991	2000
Campinas	99,66	67,68	56,51
RG Campinas	99,74	71,82	58,43
RMC	—	—	58,71
ESP	108,53	75,42	65,56

Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 2006.

Mortalidade

No tocante à mortalidade geral pode-se notar conforme demonstrado na tabela 5, que tanto Campinas quanto sua RG apresentam ao longo do período estudado (1980/2000) taxas com intensidade menor do que aquelas registradas para o conjunto do Estado de São Paulo, muito embora devamos observar que houve um leve aumento da mortalidade geral no ano de 2000, com relação ao ano de 1991, tanto para o município e RG de Campinas quanto para o Estado de São Paulo.

Esse fenômeno é bastante relevante, pois a despeito do aumento da esperança de vida ao nascer registrado para todo o Estado de São Paulo, entre 1991-2000, em larga medida como decorrência do maior controle sobre a mortalidade infantil, houve, nesse período, algumas inflexões importantes no comportamento da mortalidade, destacando-se o aumento da mortalidade juvenil e a forte escalada da mortalidade por causas externas, com especial ênfase para o incremento nas taxas de mortalidade por homicídio durante a década de 1990.

De fato, sobremaneira para o município de Campinas, o significativo aumento da mortalidade por causas externas, conforme apresentado na tabela 6, assume relevância na explicação da elevação da mortalidade geral, imprimindo maior complexidade ao fenômeno da mortalidade, requerendo dos gestores públicos medidas transversais e políticas intersetoriais que minimizem as condições através das quais se enseja o incremento da mortalidade, especialmente aquela decorrente da elevação das taxas de homicídios.

Tabela 5
Taxa de Mortalidade Geral (por mil)
Estado de São Paulo, RG, RMC, Campinas
1980-2000

Taxa de Mortalidade Geral (por mil)			
Áreas	1980	1991	2000
Campinas	5,87	5,98	6,18
RG Campinas	5,92	5,56	5,77
RMC	—	—	5,69
ESP	6,93	6,26	6,43

Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 2006.

Tabela 6
Taxa de Mortalidade por Causas Externas (por 100 mil)
Estado de São Paulo, RG de Campinas, RMC, Campinas
1980-2000

Taxa de Mortalidade por Causas Externas (por 100 mil)			
Áreas	1980	1991	2000
Campinas	62,54	83,1	101,22
RG Campinas	60,45	68,98	86,38
RMC	—	—	86,67
ESP	65,83	81,57	90,62

Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 2006.

Migração

Com relação à migração, como pode ser notado pela análise da tabela 7, em 2000, os maiores fluxos migratórios interestaduais dirigidos a Campinas eram provenientes de Minas Gerais (19,76 do total), Paraná (16,52%) e Bahia (15,47%), reiterando o fluxo histórico de mineiros e paranaenses para Campinas (o primeiro datado do período colonial, no contexto da economia de abastecimento que se encontra na origem da formação urbana de Campinas) seguido pelos baianos que se apresentam como o terceiro fluxo mais importante nesse período. Aliás, deve-se registrar que o fluxo de nordestinos e, em especial de baianos, assume maior importância no contexto das migrações interestaduais dirigidas a Campinas na última década, devendo-se salientar que é exatamente nesse período que pela primeira vez o fluxo migratório proveniente do agregado dos estados do Nordeste supera em volume os fluxos históricos de mineiros e paranaenses (Baeninger e Gonçalves, 2000).

No tocante à composição da migração, nos períodos 1986-1991 e 1995-2000 notamos que a despeito de se manter positivo tanto para a RMC quanto para o município de Campinas, o saldo migratório diminuiu sensivelmente sua magnitude no último período, sobretudo no município (entre 1986/1991, o saldo migratório do município de Campinas era da ordem de 22.998 pessoas, caindo no período 1995/2000 para 1120 pessoas), evidenciando, com clareza, o processo de redistribuição espacial da população na área de influência de Campinas, particularmente na RMC.

Efetivamente, o fenômeno de redistribuição espacial dos migrantes no interior da RMC é bastante notável, pois se observarmos os volumes de imigrantes e emigrantes intrametropolitanos, respectivamente advindos para e oriundos de Campinas, temos uma flagrante diferença: enquanto os imigrantes advindos para Campinas oriundos da RMC totalizam 9.226 pessoas, os emigrantes oriundos de Campinas com destino nos demais municípios da RMC totalizam 27.712 pessoas, de modo que o saldo migratório de Campinas obtido a partir das trocas migratórias com a RMC perfaz uma perda de população da ordem de -18.486 pessoas.

Isso significa dizer, claramente, que Campinas tem perdido população nas trocas migratórias com outras áreas, especialmente com os municípios de sua área de influência, ou seja, tanto com a RMC quanto com sua Região de Governo.

Sob esse aspecto, a tabela 9 mostra que dos 21 municípios que compõem a RG de Campinas, o município-sede tem perdido nas trocas migratórias com 17 deles, e especialmente para aqueles municípios localizados na área de contato com Campinas (destacadamente Hortolândia, Sumaré, Paulínia e Monte Mor), apontando indiscutivelmente para os crônicos processos de periferização da população, efeito combinado de um déficit habitacional estrutural no município-sede (potencializado pelos vazios urbanos), das elevadas taxas de desemprego e do encarecimento das condições de vida em Campinas, o que tem forçado a população trabalhadora a buscar alternativas habitacionais mais acessíveis fora do município-sede.

Desse modo, nas trocas migratórias com os municípios de sua RG, Campinas perde, em 2000, 19.305 pessoas, o que deixa claro os limites da capacidade de retenção de população do município-sede, especialmente para a população de menor renda que enfrenta diuturnamente a dicotomia entre a cidade real e a cidade de direito.

Tabela 7
Pessoas residentes no município de Campinas (2000), oriundas de outras UFs,
segundo UF de residência anterior
Município de Campinas-2000

Pessoas residentes em Campinas oriundas de outras UFs		
UF	População	%
Rondônia	760	1,85
Acre	45	0,11
Amazonas	308	0,75
Roraima	21	0,05
Pará	809	1,97
Amapá	25	0,06
Tocantins	131	0,32
Maranhão	1.457	3,55
Piauí	970	2,36
Ceará	1.425	3,47
Rio Grande do Norte	540	1,32
Paraíba	614	1,50
Pernambuco	2.331	5,68
Alagoas	1.697	4,13
Sergipe	474	1,15
Bahia	6.353	15,47
Minas Gerais	8.113	19,76
Espírito Santo	545	1,33
Rio de Janeiro	1.474	3,59
Paraná	6.783	16,52
Santa Catarina	375	0,91
Rio Grande do Sul	611	1,49
Mato Grosso do Sul	1.288	3,14
Mato Grosso	1.191	2,90
Goiás	677	1,65
Distrito Federal	433	1,05
Exterior	1.612	3,93
Total	41.062	100,00

Fonte: Elaborado a partir de Tabulações Especiais do Censo Demográfico-2000

Tabela 8
Composição da Migração
RMC, Campinas-1986-1991, 1995-2000

Composição da Migração	RMC		Campinas	
	1986/1991	1995/2000	1986/1991	1995/2000
Volume de Imigrantes	288.645	291.370	92.127	90.536
Intrametropolitanos	51.957	64.543	5.046	9.226
Intra-estaduais	123.100	132.095	38.351	41.622
Interestaduais	113.588	94.732	48.730	39.688
Volume de Emigrantes	122.964	175.401	69.129	89.416
Intrametropolitanos	51.957	64.543	25.032	27.712
Intra-estaduais	47.577	66.273	27.018	34.259
Interestaduais	23.430	44.585	17.079	27.445
Saldo Migratório	165.681	115.969	22.998	1.120

Fonte: Elaborado a partir do Atlas da Região Metropolitana de Campinas. NEPO/Unicamp, 2006

Tabela 9
Trocas Migratórias do Município de Campinas com a RG de Campinas
Campinas-1995-2000

Campinas Municípios	Trocas Migratórias 1995-2000
Americana	-134
Artur Nogueira	-227
Cosmópolis	6
Engenheiro Coelho	-21
Holambra	-177
Hortolândia	-8723
Indaiatuba	-745
Itapira	111
Jaguariúna	-498
Mogi-Guaçu	-420
Moji Mirim	-471
Monte Mor	-742
Nova Odessa	-67
Paulínia	-984
Pedreira	-129
Santa Bárbara d'Oeste	88
Santo Antonio de Posse	-14
Sumaré	-4597
Valinhos	-1542
Vinhedo	30
Estiva Gerbi	-49
Total	-19305

Fonte: Elaborado a partir de Tabulações Especiais do Censo Demográfico-2000.

Estrutura Etária

A respeito da estrutura etária do município de Campinas ao longo do período 1980-2000 pode-se notar, nitidamente, o processo de envelhecimento da população, reconhecível através do aumento da participação percentual da população idosa (que passa de 1,25% do total da população em 1980, para 2,32% da população em 2000). Do mesmo modo é notável a diminuição da participação percentual das crianças de 0-4 nos entre 1980-2000 (que passa de 11,86% do total da população em 1980 para 7,74% do total da população em 2000), denotando uma sensível queda na fecundidade das mulheres em Campinas durante as duas últimas décadas, o que também contribui para o fenômeno do envelhecimento da estrutura etária.

Sob esse mesmo aspecto, passando das transformações às permanências, outro fenômeno relevante que se pode observar é a “onda jovem”, o que significa dizer o forte predomínio, no interior da estrutura etária, dos grupos etários jovens, ou seja, dos grupos etários 15-19 anos e 20-24 anos. De fato, em 1980 os grupos etários 15-19 anos e 20-24 anos somavam 21,54% do total da população do município de Campinas; em 2000 esses dois grupos etários somavam 19,07% da população total do município.

De fato, é muito significativo que tanto em 1980 quanto em 2000 aproximadamente 20% da população de Campinas seja constituída por jovens de 15 até 24 anos, o que coloca a questão da implantação de políticas de atenção à saúde, ao bem-estar, à inserção no mercado de trabalho e ao lazer do jovem no epicentro das políticas públicas que a cidade espera da Administração Municipal.

Nesse sentido, o que o comportamento da estrutura etária de Campinas ao longo dessas duas décadas aponta é indubitavelmente para uma polarização – no sentido de pressão sobre as políticas públicas - entre a população jovem (de 15 até 24 anos) e a população idosa (acima de 65 anos).

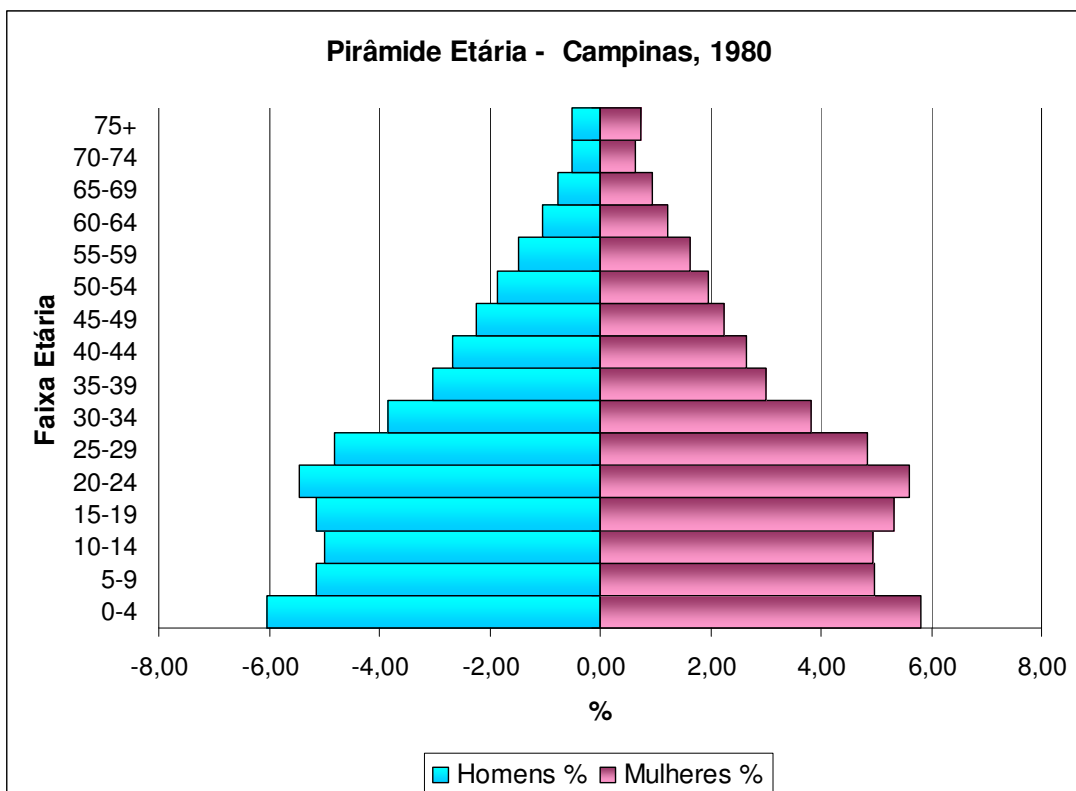
A análise da tabela 10 evidencia essa polarização, pois quando se observa a evolução do índice de Envelhecimento e da Razão de Dependência temos que, progressivamente o índice de Envelhecimento (que expressa a relação entre a população idos e população de 0-14 anos) tanto no município de Campinas quanto em sua RG aumentam significativamente (em 1980 o Índice de Envelhecimento no município de Campinas 12,99%, passando para 27,24% em 2000; igualmente, na RG de Campinas, o índice de Envelhecimento em 1980 era de 11,87%, passando

para 23,03% em 2000), demonstrando incontestavelmente o processo de envelhecimento da população de Campinas e região.

Já a Razão de Dependência, no pólo oposto, diminui sua magnitude nesse período, decorrência da forte participação da população jovem (especialmente daquela entre 15-24 anos) na composição da população em idade ativa, o que tende a minimizar, no curto prazo, os efeitos do envelhecimento.

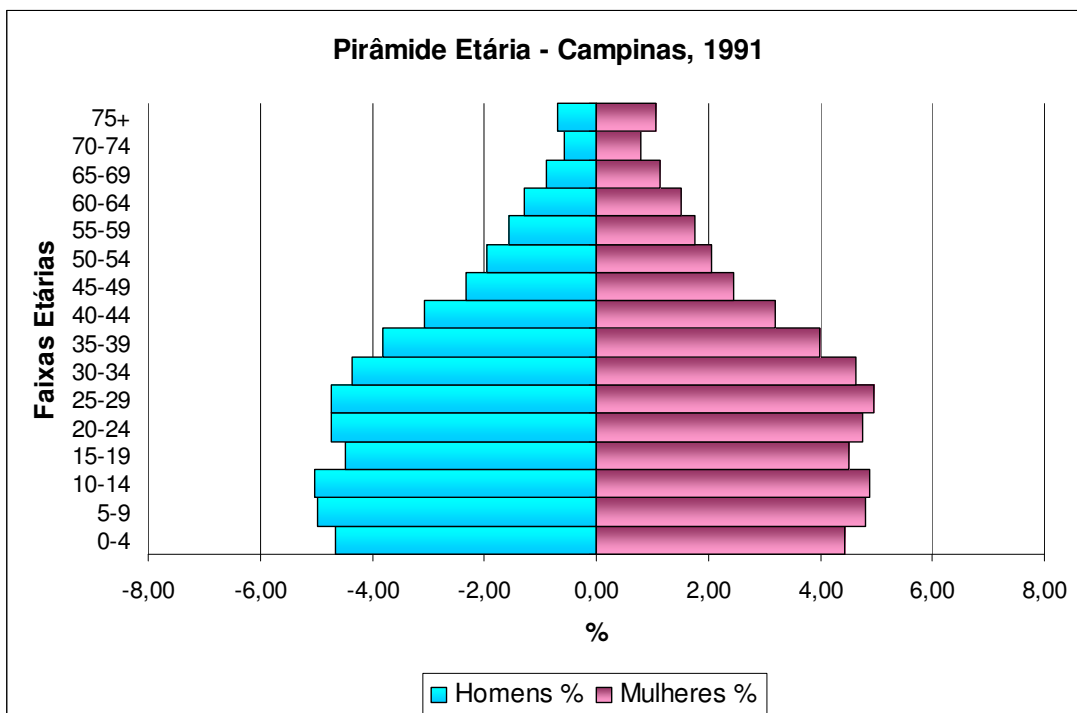
De todo modo, porém, o que a gestão pública tem de enfrentar nesse momento é o equacionamento das inúmeras demandas originadas por um amplo contingente de jovens que espera da cidade oportunidades de trabalho, lazer, moradia, enfim, condições de pertencimento. Ao mesmo tempo, *hic et nunc* a Administração Pública precisa responder às crescentes demandas da população idosa que vem aumentando sua participação relativa e absoluta no total da população, lembrando que, se mantidos os padrões correntes de mortalidade e fecundidade, num futuro bastante próximo a razão de dependência tende a crescer significativamente, à medida que a onda jovem for absorvida pelo metabolismo demográfico.

Gráfico 1



Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 2006.

Gráfico 2



Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 2006.

Gráfico 3

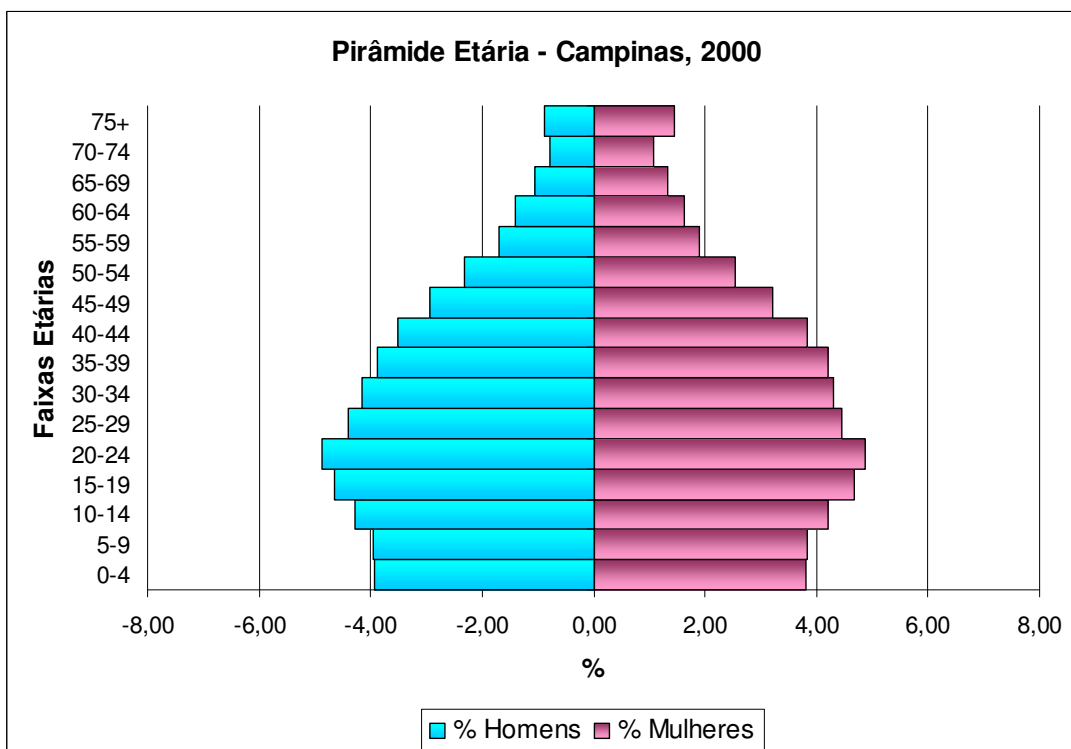


Tabela 10
Índice de Envelhecimento* (%) e Razão de Dependência**
RG de Campinas, Campinas
1980-2000

Área	Índice de Envelhecimento (%)			Razão de Dependência		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Campinas	12,99	17,92	27,24	0,52	0,51	0,44
RG Campinas	11,87	15,41	23,03	0,59	0,54	0,46

*Considerando a população idosa as pessoas de 65 anos ou mais

**Considerando os inativos as pessoas de 0-14 anos e de 65 anos ou mais.

Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 2006.

Renda

Finalmente, com relação à renda temos que o Rendimento Médio Nominal Mensal do Chefe de Domicílio registrado no município de Campinas, no ano de 2000, da ordem de R\$ 1.459,82, conforme mostra a tabela 11, era cerca de 35,65% superior à média registrada para o Estado de São Paulo (R\$ 1.076,00) e 29% superior à média registrada para a própria RG de Campinas (R\$ 1.131,83).

É interessante também observar, nesse contexto, a relação entre as tabelas 11 e 12, pois a despeito de não serem plenamente comparáveis, de sua observação podemos inferir que houve algum aumento nos rendimentos dos trabalhadores, sobretudo no ESP e na RG de Campinas, já que, o rendimento médio do total de empregos ocupados, de 2003, mostra patamares de rendimentos acima dos registrados em 2000 e, como se sabe que a renda do chefe de domicílio tende a ser mais elevada que a renda média total dos trabalhadores, os índices mais elevados registrados para o total de empregos ocupados, em 2003, parecem ser emblemáticos da recuperação do valor dos salários nesse período.

Cabe-nos, ainda, um comentário acerca do PIB per capita: como se pode depreender da análise da tabela 13, o PIB per capita (que expressa a relação entre toda a riqueza produzida na área geográfica considerada e sua população total) do município de Campinas, em 2003, encontrava-se levemente acima da média registrada para o Estado de São Paulo e, contudo, abaixo da média registrada para sua região.

Essa constatação nos coloca claramente a problemática do equacionamento da geração de riquezas - que em Campinas alcança patamares notáveis - e sua justa distribuição, afinal de contas a produção social da cidade, o que contempla, inclusive, a geração de riquezas, faz-se na relação entre as classes sociais, de modo que é absolutamente legítimo que os cidadãos das camadas sociais menos favorecidas projetem nas políticas públicas a compensação por todos os ônus suportados no processo de desenvolvimento, cujos bônus, por outro lado, são fruídos por todos, mas especialmente pelos estratos econômica, política e socialmente mais poderosos.

Tabela 11

**Rendimento Médio Nominal Mensal dos Responsáveis pelos Domicílios
Estado de São Paulo, RG de Campinas, Campinas-2000**

Rendimento Médio Nominal Mensal dos Responsáveis Domicílios (em reais - 2000)	
Campinas	1.459,82
RG Campinas	1.131,83
ESP	1.076

Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 2006

Tabela 12

**Rendimento Médio no Total de Empregos Ocupados
Estado de São Paulo, RG de Campinas, Campinas-2003**

Rendimento Médio no Total de Empregos Ocupados (em reais- 2003)	
Campinas	1.448,67
RG Campinas	1.270,45
ESP	1.202,95

Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 2006

Tabela 13

**Produto Interno Bruto (PIB) Per capita
Estado de São Paulo, RG de Campinas, Campinas-2003**

PIB per capita (em reais - 2003)	
Campinas	12.773,92
RG Campinas	17.822,53
ESP	12.619,36

Fonte: Elaborado a partir de SEADE, 2006